

Da Civilização do Indo ao Império Maurya: Novas Abordagens no Estudo da Índia Antiga*

Edgard Leite

Abstract

This paper is about recent approaches on early Indian History.

1- Primeiras interpretações da Índia antiga

Os estudos da Índia antiga tem sua origem no período britânico de ocupação do sub-continente. O pioneirismo dos estudos indológicos é geralmente atribuído a C. H. Wilkins, responsável, ainda no século XVIII — em decorrência de uma solicitação do primeiro governador-geral de Bengala, Warren Hastings — pela primeira tradução do *Bhagavad-Gitā* para o Inglês.

Seguiu-lhe os passos Sir William Jones, inicialmente com a tradução do drama clássico de Kalidasa, o *Sakuntala*, e, posteriormente, com a fundação da *Asiatic Society of Bengal*, em 1784. Em 1796 Sir Jones pronunciou sua célebre conferência sobre a Índia, “*On the Hindus*”, na qual expôs, pela primeira vez, a teoria sobre as afinidades entre as línguas europeias e o sânscrito, antigo idioma no qual fora elaborado os textos sagrados hindus, os *Vedas*.

A percepção de uma associação estrutural entre o sânscrito e outros idiomas europeus exigiu a construção de uma categoria específica que os reunisse, a dos idiomas indo-europeus; e suscitou, do ponto de vista histórico, a questão de suas origens — principalmente após os estudos de August Schleicher (Mallory 1993). Tal ocorreu, entre outros fatores, devido ao

* Texto da conferência proferida na I Jornada de História Antiga do Núcleo de Estudos da Antiguidade/ UERJ, agosto de 1998.

fato de o pensamento cientificista do século XIX ser dominado pelo conceito de “raça” e de sua identidade com a língua e a cultura (Hogben 1973). A discussão sobre as afinidades linguísticas levantou assim a hipótese de um ponto difusor original dos idiomas indo-europeus, que foi identificado com uma população mítica — de características “raciais” definidas — que habitara em tempos remotos as estepes da Ásia central.

Essa pretensa “raça”, dotada de tendências bélicas e empreendedoras, ter-se-ia espalhado em todas as direções, conquistando povos e impondo o seu idioma e seus valores culturais. Dessa expansão resultara a galáxia de idiomas aparentados indo-europeus. Especialmente no caso da Índia, tal “grupo racial” foi identificado com os *aryas* que, segundo os antigos textos indianos, ou segundo uma certa interpretação de tais textos, teriam invadido a região em épocas remotas e engendrado os fundamentos da cultura védica no norte do sub-continente (Mallory 1993). O entendimento dos textos védicos e, por extensão, de toda história da Índia, passou a ser marcada por tal perspectiva teórica.

Essas interpretações conjugaram-se com outras, igualmente marcantes, sobre o passado Indiano.

Em 1883, por exemplo, veio à luz a monografia de Max Müller, *India. What Can it Teach Us?*, na qual idealizava-se o passado do sub-continente, entendendo-o como uma sucessão de comunidades voltadas para uma existência pacífica e uma série de experiências religiosas e filosóficas elevadas. Por outro lado, o estudo de James Mill, *History of British India*, considerava a sociedade indiana arcaica, estática e retrógada. Posição, aliás, que era partilhada por outros pensadores ocidentais, como Hegel. Este segundo grupo de estudos tinha como pano de fundo a idéia do “despotismo oriental”, suposto sistema dominante na história da Índia, a qual servia para reafirmar os hipotéticos elementos de um arcaísmo atávico e imobilizante do desenvolvimento social da civilização hindu (Thapar 1992a).

Como anotou recentemente a historiadora hindu Romila Thapar, os estudos europeus do século XIX sobre a antiguidade da Índia eram, em sua maioria, pobres em conhecimento histórico da sociedade indiana antiga e altamente generalizantes (Thapar 1992a). No entanto, considerando a situação de domínio colonial então existente no sub-continente, semelhantes concepções balizaram, e deformaram, todas as especulações posteriores, inclusive na Índia. Ainda mais quando consideramos que, para os historiadores hindus, a possibilidade de uma produção científica nesse campo, aos moldes laicos ocidentais, só foi possível, inicialmente, através de Universidades reformadas precisamente pelos ingleses.

Diversos historiadores indianos do princípio do século, assim, mesmo recusando, por ausência de evidências históricas, o perfil dominante do despotismo oriental, aceitavam, no entanto, as visões européias sobre as origens da civilização hindu. Keshab Sen, por exemplo, em *Lectures in India*, na década de 20 deste século, acatava a teoria de que os fundamentos da cultura védica eram patrimônio de uma raça específica, e acreditou que estava-se vivenciando, através do domínio colonial, um momento de união dos ramos indo-europeus, outrora separados (Thapar 1992). Toda a Indologia, portanto, desde os seus primórdios, esteve marcada pelo racismo, pelo colonialismo e por generalizações irresponsáveis.

As novas abordagens sobre o estudo da Índia Antiga, realizadas por historiadores e arqueólogos indianos e ocidentais atuam hoje exatamente no sentido de superar essas antigas concepções teóricas e abrir caminho para um entendimento mais profundo da antiguidade do sub-continente. É nosso objetivo dimensionar alguns dos pontos principais levantados pelos seus estudos e esboçar o perfil da Índia antiga que deles emerge, muito distinto daquele outrora delineado.

2- A suposta invasão dos Aryas e as críticas contemporâneas

O conceito de “raça”, bem como, portanto, a idéia de uma “raça” indo-européia atávica, foi duramente criticado no século XX, por não corresponder a uma realidade biológica ou cultural observável. Tal constatação propiciou a substituição do conceito de “raça” pelo de “etnia” ou “grupo étnico”, abrindo novos horizontes nos estudos históricos (Montagu 1979).

Na verdade, como demonstrou Romila Thapar, a tese de uma invasão primitiva do sub-continente indiano por uma “raça superior” fora derivada de uma interpretação superficial do caráter do conflito entre *aryas* e *dāsas* no *Rg Veda*. Tal conflito fora entendido por pesquisadores ocidentais como a prova da ocorrência de uma oposição *racial* e de uma conquista, na época da composição dos mais antigos hinos védicos. Corresponderia, na percepção dos intelectuais do XIX, por exemplo, à suposta oposição entre arianos e semitas no velho continente. Tratava-se, assim, de uma teoria de cunho ideológico que merecia ser cuidadosamente estudada e analisada (Thapar 1992a).

Inicialmente, do ponto de vista filológico. Há muito se sabe que o termo *arya* traduz a noção de “mestre, senhor”, mas também a de “adorável, devotado e querido”; *dāsa* pode ser traduzido como “escravo, servo”, mas também como “selvagem, bárbaro, infiel” (Monier Williams 1889).

As duas expressões, portanto, traduzem tanto a existência de uma hierarquia social quanto de uma diferenciação cultural ou religiosa. Mas não são explicitamente compreensíveis a partir de uma ação guerreira conquistadora do primeiro sobre os segundos. O tema foi discutido, por exemplo, por Thapar, para quem os *aryas* devem ser mais propriamente entendidos como uma linhagem, e jamais como uma "raça" (Thapar 1995).

As pesquisas arqueológicas foram decisivas nesse aspecto. Pois, paralelas ao questionamento da idéia de "raça", demonstraram a dificuldade de sustentar a própria teoria de invasão abrupta de povos vizinhos. Fosse qual fosse a sua denominação teórica. O fato é que uma invasão massiva da Índia por tribos *aryas* e a conquista e subjugação imediata dos povos autóctones não apresentam evidências arqueológicas claras (Thapar 1995). O que existe do ponto de vista documental é uma longa co-existência entre horizontes cerâmicos da pré-existente cultura Harappa e Védicos, isto é, dos auto-denominados *aryas* (Thapar 1992a), o que sugere a ocorrência de processos de aculturação prolongados, não condizentes com uma conquista súbita e destruidora.

Grande importância foi dada, do ponto de vista arqueológico, ao estudo da utilização de instrumentos de ferro, pretensão patrimônio cultural dos ditos invasores *aryas* (Banerjee 1965). Foi demonstrado, através de estudos arqueológicos, a existência de artefatos de ferro em diversas regiões do sul da Ásia, em períodos muito remotos. Não se podendo, portanto, relacionar sua utilização exclusivamente a uma influência *arya* (Chakrabarti 1976) (Chakrabarti 1985) (Erdosy 1995b). Ray, de qualquer forma, demonstrou que o ferro, embora utilizado antes, teve sua generalização apenas quando da emergência dos Estados no século VI a.C. (Ray 1976).

A questão básica, no entanto, diz respeito à forma pela qual o idioma Indo-ariano entrou na Índia, já que se abre mão de uma invasão súbita e é evidente que a cultura védica surgiu em função da associação a outros grupos linguísticos. De fato, muitas palavras utilizadas para designar atividades de agricultura nos textos védicos são não-*aryas* (Thapar 1995). De uma forma radical, Shaffer defendeu, por exemplo, que a introdução do Indo-ariano no sub-continente não esteve ligado a qualquer deslocamento populacional (Shaffer 1984).

Com mais bom senso, Mallory propôs que a entrada dessa linguagem na Índia deu-se de uma forma lenta, através de imigrações e invasões localizadas ao longo de muito tempo (Mallory 1989). Para Allchin, é evidente que houve algum tipo de imigração ou nomadismo, provavelmente

de tribos de pastores, que, de fora, trouxeram o idioma para a Índia. Pode não ter envolvido conquista ou invasões. Mas, ao longo do tempo, teria engendrado um processo de aculturação marcado por uma situação prévia de bilinguismo. Allchin propôs a seguinte cronologia (Allchin 1995b):

Primeiros encontros	c? 2200-2000 a.C.
Interação e Conquista	c 2000-1700 a.C.
Aculturação	c 1700-1200 a.C.
Emergência do pluralismo cultural Ariano	c 1200-800 a.C.

Assim, de momento, entende-se que a construção das bases da civilização hindu não foi devida nem a uma ação conquistadora súbita nem a imposição exclusiva de valores ditos *raciais*, ou mesmo culturais indo-europeus. Permanece na obscuridade, no entanto, a natureza dos processos de aculturação que, de forma mútua, atuaram sobre colonizadores indo-arianos e autóctones, provavelmente dravidianos, ao longo de 1000 anos.

Não mais exclusivamente indo-européia, como entendiam os indologistas do XIX, a cultura védica que emergiu na Índia no segundo milênio a.C. aparece assim mais congruente com os vestígios arqueológicos, tendo seus principais elementos entendidos como fruto de um processo de sincretismo prolongado que lhes deu feições específicas ao longo dos séculos e que continuaram se transformando em função de novos processos de aculturação mútua, ainda hoje não encerrados.

3- A Cultura Harappa: novas abordagens

Outro tema de capital importância nos estudos indológicos é o da Cultura Harappa. Foi na década de 1920 que começaram as escavações na região do vale do rio Indo (Marshall 1931). De início, duas grandes cidades, Harappa, no Punjab, e Mohenjo-Daro, no Sind, revelaram aos arqueólogos a existência de uma civilização bastante avançada, que floresceu, provavelmente, entre meados do III milênio e a última metade do II milênio a.C. (Allchin 1995a). Nos anos posteriores, inumeráveis sítios arqueológicos foram descobertos, comprovando a amplitude e extensão da urbanização na área.

Dificuldades substanciais, no entanto, vem impedindo a interpretação precisa dos vestígios disponíveis. A principal delas é a de que, embora Harappa fosse uma civilização letrada, a sua escrita nunca pode ser satisfatoriamente traduzida. Entende-se que provavelmente o seu idioma

não pertencia ao grupo indo-ariano. Diversas tentativas tem sido feitas no sentido de apresentar uma tradução aceitável de seus textos (por exemplo Fairservis 1992) mas nenhuma delas foi considerada decisiva (Ratnagar 1995). Desconhece-se, portanto, de forma precisa, os mecanismos de funcionamento de suas estruturas sociais e políticas. O significado de diversos elementos de sua cultura material também permanece obscuro. Especulações sobre a iconografia remanescente também não encontram bases de sustentação seguras.

Foram realizados, no entanto, diversos avanços significativos nos últimos anos. Conhece-se hoje em dia, por exemplo, as origens pastoris da cultura Harappa (Ratnagar 1995). Fairservis, de forma polêmica, realizou estudos no sentido de calcular a população que habitava as cidades do vale do Indo, bem como a extensão dos campos cultiváveis para mantê-la (Fairservis 1978). Muito embora seus resultados não tenham obtido aprovação geral, apontaram caminhos viáveis para a pesquisa (Ratnagar 1995). Mais sucesso, entretanto, tem tido os estudos das relações comerciais entre a cultura Harappa e a Mesopotâmia, tendo sido demonstrada a expansão da Cultura Harappa sobre o Golfo Pérsico, especialmente Bahrein (Weisberger 1984) (Cleziou 1986) (Cleziou e Tosi 1989).

Um dos principais pontos de discussão sobre Harappa, no entanto, continua sendo o das causas do colapso das suas estruturas urbanas. Quando da descoberta das cidades do Indo, uma tendência forte era a de entender o seu declínio conjugado de alguma forma com as invasões dos *aryas*. Superada essa hipótese, como vimos, os indologistas passaram a dedicar-se à formulação de outras teorias.

Nos últimos anos ganhou força a hipótese catastrofista; ou seja, aquela que considera como causas do colapso da civilização a ocorrência de epidemias (Allchin, 1995) e de crises ecológicas ou catástrofes naturais, especialmente a partir dos estudos de Dales e Raikes (Dales 1965) (Raikes 1965). Parece claro que de fato alterações climáticas tiveram algum efeito sobre as cidades do Indo, principalmente quando consideramos a extinção, por causas tectônicas ainda não claramente delineadas, do caudaloso rio Sarasvati, o que pode ligar o processo a algum tipo de deterioração climática (Allchin 1995a). No entanto, não parece que causas naturais possam ser exclusivamente evocadas para o declínio de uma civilização tão importante. Ratnagar, com propriedade, disse sobre o assunto que o problema é que não conhecemos as suas estruturas político-econômicas. Qualquer especulação, portanto, permanecerá por muito tempo como mera especulação (Ratnagar 1995).

É também necessário anotar que o colapso da Cultura Harappa não representou, na verdade, o seu súbito desaparecimento. Como afirmou Possehl, no Indo ocorreu uma crise do urbanismo, mas não de civilização. Esta continuou na proliferação de pequenas vilas na região do Sind, Punjab, Hayana e Gujarat, embora a escrita tenha desaparecido (Possehl, 1977). Possehl as chamará de “sociedades pós-urbanas” (Possehl 1980) (Possehl et Raval 1989). A antiga afirmação de Wheeler, sob a existência de uma “idade negra”, entre o fim da cultura Harappa e a emergência das cidades, nos séculos VI a.C. (Wheeler 1959) vem sendo sistematicamente negada a partir de então. Segundo Coningham, não apenas não ocorreu uma “idade negra” após o colapso da civilização Harappa, como, na verdade, verificou-se um “período de crescimento estável e inovação” o qual não apenas culminou na emergência de novas cidades no VI século a.C. (Coningham 1995), mas que também foi acompanhado pela gestação de todo *corpus* textual védico. A cronologia dessa passagem não foi ainda estabelecida com segurança; já que foi desigual, com um gradual desaparecimento das atividades urbanas. Em Chanu-Daro, por exemplo, as populações habitaram as ruínas das últimas estruturas urbanas por um longo tempo (Allchin 1995a). Também estão em aberto as discussões sobre as estruturas políticas dessas “sociedades pós-urbanas”, que permanecem desconhecidas (Ratnagar 1995)

4- O período védico e a emergência das Varṇas

O período da composição dos *Vedas*, os textos sagrados dos brâmanes e referencial básico de toda civilização hindu, é geralmente identificado, do ponto de vista arqueológico, com o horizonte *Painted Grey Ware*, PGW (Ratnagar, 1995). Este horizonte está associado a vestígios de cavalos e, segundo Lal, a indícios de ingestão de carne (Lal 1955). Do ponto de vista geográfico, em conexão com esse horizonte, o *Rg Veda* está assim associado à região do Indo e seus tributários e à região do Ganges (Thapar 1995). Na medida em que se aproxima do período histórico e da emergência urbana, crescem os vestígios do *Northern Black Polished* (NBP) (Ratnagar, 1995). O NBP coincide em sua última fase com o *corpus* literário budista (Thapar 1995).

Mas há dificuldades em realizar a conversão plena dos estudos arqueológicos quer com as fontes textuais védicas quer com as purânicas (posteriores às védicas mas repletas de relatos tradicionais) (Ratnagar 1995) (Thapar 1995). Foram inócuas, por exemplo, as tentativas de identificar o PGW com a linhagem védica dos *Purus* (Thapar 1978). Estabelece-se, no

entanto, que essas aglomerações pré-urbanas védicas eram inicialmente pastoris e tornaram-se predominantemente agrícolas. Como afirmou Thapar: “Um estudo comparativo dos textos védicos antigos e mais recentes sugere uma gradual mudança do pastoralismo para a agricultura. Embora o primeiro nunca tenha declinado totalmente na área do Ganges” (Thapar 1995, 97). A riqueza era composta por cabeças de gado e cavalos, carruagens, ouro e escravos, como pode ser entrevisto, por exemplo, na *Bṛhadāranyaka Upaniṣad* (1988), na qual o pagamento do sábio Yājñavalkya é feito basicamente em gado.

Aqui tem sido reaberta também a questão das origens das castas, ou, mais precisamente, das *varṇas*, isto é, dos quatro grupos sociais compartimentados que o *Rg Veda* entendeu serem oriundos do sacrifício primordial. Ou seja, os *brāhmaṇas*, ou sacerdotes, os *kṣatriyas*, ou líderes políticos e militares, os *vaiśyas*, pequenos camponeses ou comerciantes, e os *śūdras* ou trabalhadores braçais.

Aceitava-se outrora, ainda em decorrência da antiga teoria de uma “invasão ariana”, que a origem das *varṇas* estaria relacionada a processos de segregação racial característicos. Ainda segundo Thapar, essa idéia também surgiu de uma interpretação linguística forçada do termo *varṇa*, que viria, de fato, da raiz traduzida como “cor”. As *varṇas* realmente são denominadas, em muitos textos, por cores específicas, branco, vermelho, amarelo e negro, respectivamente. No entanto, as mesmas não estariam, segundo Thapar, traduzindo definições raciais particulares, mas apenas convenções para o entendimento da complementaridade e diferenciação entre elas (Thapar 1992b, 29). Também há muito foi considerada, para os historiadores indianos, como insuficiente a teoria de Dumèzil (Dumèzil, 1958) que considerou-as como congruentes com a tri-partição supostamente presente nas culturas indo-européias.

O problema é certamente muito complexo. Thapar particularmente entende que o termo *jāti* é muito mais útil, por exemplo, que o de casta, para o entendimento da natureza do processo histórico que conduz à consolidação das *varṇas*, pois valoriza a idéia da condição de nascimento como determinante de uma compartimentação social particular (Thapar 1995). Se retornamos à questão das origens aculturativas da cultura védica, talvez possamos entender, como Berreman, que a origem das *varṇas* está relacionada a situações anteriores ao surgimento do Estado. De forma mais precisa, à existência de relações de hierarquia construídas entre grupos étnicos distintos — que tornaram-se convergentes com a preservação de identidades culturais específicas (Berreman 1983). Processos análogos de formação de *jātis* tiveram lugar já em tempos históricos, nos quais a

incorporação de grupos diferenciados a uma estrutura hierárquica — na qualidade de elementos socialmente estanques — está também relacionada à construção de identidades sociais inter-étnicas. Encontraríamos assim, na estrutura das *varṇas*, uma maneira própria da civilização hindu de lidar com a hierarquia social e com as diferenciações étnicas do sub-contidente indiano.

5- Os tempos históricos e a “segunda urbanização”

As fontes principais existentes para o estudo da “segunda urbanização” e da formação do Estado que a acompanha, a partir do século VI a.C., são os textos budistas. Estes fornecem diversas informações sobre tal processo, marcado por profundas comoções sociais no norte do sub-contidente.

A “segunda urbanização” e a emergência do Estado estão, provavelmente, ligadas à implementação do uso do ferro e sua utilização na devastação de florestas e ao crescimento dos campos de arroz. Esse processo tem início com os *gaṇa-saṅghas* ou *gaṇa-rājyas* — estruturas proto-estatais, na prática oligarquias clânicas. Desenvolve-se, posteriormente, no surgimento das *janapadas*, cidades dotadas de estruturas estatais mais consistentes, as mais importantes das quais Gandhāra, Kosāla, Magadha e Avanti, já no século VI a.C. (Thapar 1984).

Aceita-se que esses aglomerados urbanos possuíam uma economia caracterizada pela existência de intensos processos de trocas de longa distância. Grande parte dos recursos advinham também de uma política de taxações sobre populações periféricas. No surgimento dessas cidades, como analisou Thapar em seu já clássico *From Lineage to State*, assinala-se o desaparecimento da autoridade clânica e a emergência da autoridade familiar ou individual. É o momento do surgimento dos *setthi*, setor urbano ligado à usura e comércio, expressão de uma clara diferenciação entre os espaços urbanos e rurais. Também é característica do momento a aceleração da circulação monetária. De fato, o início da cunhagem de moedas na Índia data de algum momento em torno do século IV a.C. (Seneviratne 1981) (Thapar 1984).

Esse processo foi acompanhado pela dinamização da escrita. Os editos do imperador Aśoka Maurya (c. 272-268 a.C – c. 235 a.C.) constituem-se em extenso *corpus* documental, em sua envergadura o mais antigo do sub-contidente. Em sua maioria foram escritos em *brahmi*, mas também os há em caracteres aramaicos e gregos, em pedra ou metal. No en-

tanto, existem evidências de que a escrita em materiais percíveis já existia na época de Aśoka, pelo menos (Thapar 1995). Allchin, recentemente, publicou provas de utilização da escrita brahmi em Sri Lanka que antecedem em pelo menos século e meio os escritos da época Maurya. E é possível ainda que certas inscrições no continente possam ser datadas de épocas ainda anteriores (Allchin 1995c).

No estudo das transformações que acompanharam a emergência dos Estados e, depois, das administrações imperiais no sub-continente, particular importância tem sido dada ao estudo das origens dos sistemas filosófico-religiosos ditos heterodoxos, principalmente do budismo, em geral críticos dos modelos védicos. O estudo fundador de D.D. Kosambi há muito sustentara uma estreita relação entre o movimento budista e os meios urbanos na Índia na época, asseverando que o caráter individualista do pensamento de *Buddha* deveria ter seu principal sustentáculo nos setores comerciais e na *varṇa kṣatriya* (Kosambi 1956).

Recentemente, os estudos de Schumann corroboraram a lógica dessa assertiva. Através de uma extensa pesquisa no *Cânone Páli*, Schumann levantou as origens sociais dos seguidores de *Buddha*, tanto a de monges quanto a de leigos, chegando a um resultado que, embora não conclusivo, é indicador da existência de uma lógica de identificação social budista específica (Schumann 1989, 188):

Seguidores de <i>Buddha</i> (% do total mencionado no <i>Cânone Páli</i>)		
<i>Varṇas</i>	Monges	Leigos
<i>Brāhmaṇas</i>	48,2	34,5
<i>Kṣatriyas</i>	28,6	21,0
<i>Vaiśyas</i>	13,5	29,0
<i>Śūdras</i>	3,1	9,6
<i>Sem casta</i>	6,6	5,9

A superioridade dos *Brāhmaṇas*, em *páli Brahmins*, é evidente, tendo em vista o interesse em questões religiosas específico desta *Varṇa*. A importância relativa correspondente dos *Kṣatriyas*, em *páli Khattiyas*, na sociedade indiana, também é clara, sendo o próprio *Buddha* um *Kṣatriya*. Também é explicável a baixa adesão de *Śūdras*, em *páli Suddas*, considerando as limitações impostas à sua mobilidade social pelas estruturas sociais indianas. Particularmente revelador, no entanto, é alta percentagem de *Vaiśyas*, em *páli Vessas*, entre os leigos seguidores do budismo, o que é indicador do caráter urbano do movimento e de suas bases de sustentação no meio comercial.

Quanto ao Império Maurya, este sempre foi muito bem documentado. As fontes para o estudo de sua estrutura e desenvolvimento continuam sendo os textos budistas, as crônicas cingalesas, o relato do grego Megástenes, as inscrições de Aśoka e outras, os relatos posteriores dos viajantes chineses Fa Xian e Xuan Zang, as listas de soberanos das *Puranas* (Smith 1957) e o *Artashastra* de Kautilya — suposto ministro de Chandragupta Maurya (Allchin 1995c). Sobre este texto, continua-se entendendo-o, dadas as suas particularidades, como datável daquele momento histórico em suas linhas gerais (Kangle 1965) (Allchin 1995c). Aceita-se que a ascensão do clã Maurya ao poder em Magadha, sob Bimbisara, deu-se por volta de 350 a.C. mas a expansão imperial apenas teria sido delineada sob Chandragupta (Allchin 1995c). A genealogia dos subsequentes soberanos da dinastia está estabelecida da seguinte forma (Allchin 1995c):

Chandragupta Maurya	c. 325-321 a.C.	c. 297 a.C.
Bindusara	c. 297 a.C.	c. 272 a.C.
Aśoka	c. 272-268 a.C.	c. 235 a.C.
Dasaratha	c. 235 a.C.	c. 221 a.C.
?Brihadratha	?	c. 185 a.C.

A capital do Império Maurya, a cidade de Pataliputra (atual Patna), é conhecida em seus traços gerais através do relato de Megástenes, que a visitou, e foi provavelmente uma das maiores cidades da Ásia em seu tempo. Apesar de pouco escavada, sabe-se que era dotada de uma grande área colunada, cujos vestígios evocam as estruturas arquemênidas em Perséfone e que provavelmente faziam parte do Palácio Real, mencionado por Megástenes (Allchin 1995c).

Suas muralhas teriam começado a ser construídas na época de *Buddha*. Ora, se considerarmos a data outrora estabelecida para a morte de *Buddha*, isto é, 486 a.C., teremos portanto sua construção iniciada mais de cem anos antes da ascensão de Bimbisara. Recentes estudos, no entanto, realizados a partir do cruzamento de dados textuais e arqueológicos, permitiram a Bechert propor para o *paranirvāna* algo em torno de 358-378 a.C., o que nos aproximaria o budismo tanto de Bimbisara quanto da própria expansão do poderio Maurya (Bechert 1991) (Erdossy 1995a).

Sobre o maior monarca Maurya, Aśoka, as principais discussões dizem respeito ao conceito de *dhamma*, por ele largamente utilizado em seus editos, sobre o qual pairam dúvidas de ser ou não de matriz budista (Thapar 1995). Independente dessa questão específica, parece certo que

seus editos são entranhados de ética política e religiosa budista e que seus pilares também ostentam simbologia budista (Allchin 1995c).

Grandes renovações tem sido feitas nos estudos sobre a natureza da estrutura administrativa de seu império, outrora entendido como altamente centralizado, em grande parte devido aos próprios textos de Aśoka. Tende-se a acreditar, de forma mais sensata, na existência de um sistema descentralizado. Mesmo o controle sobre certas áreas, outrora tidas como integrantes da autoridade de Aśoka, vem sendo questionada pelos pesquisadores (Bougard-Levin 1985). Essa abordagem, portanto, corroboraria a teoria sobre uma fragmentação tendencial característica da história da civilização hindu, na qual a unidade e hierarquia seria construída a partir de intensa tolerância inter-étnica. De fato, essa perspectiva é recorrente nos “editos” de Aśoka, por exemplo, seu “décimo-segundo” edito (Bloch 1950):

“o rei amigo dos deuses deseja o progresso do essencial de todas as seitas. O progresso do essencial é de diversos tipos, mas o mais importante é o controle da linguagem, ou seja, que cada um se abstenha de honrar sua própria seita ou de atacar as outras, em tal ou qual ocasião, ainda que brevemente (...) o bom é que se escutem uns aos outros (...) O resultado é o progresso da seita de cada um e o triunfo da Lei (*Dhamma*)”.

6- Conclusões

A Índia, ao contrário, por exemplo, do Egito e da Mesopotâmia, não é uma civilização morta. O estudo da sua antiguidade converge necessariamente para a compreensão de sua realidade presente, com a qual guarda relações diretas. A superação das perspectivas européias colonizadoras de entendimento desse passado é uma das obras principais dos historiadores indianos no decorrer da realização da independência política de seu país, e expressa o vigor da civilização hindu. Em tal tarefa vem contando com a participação de pesquisadores ocidentais, igualmente fascinados com o processo histórico que engendrou a mais antiga civilização existente no mundo nos dias de hoje.

A crítica ao conceito de “invasão” dos *aryas*, bem como, de uma forma geral, a recusa do conceito de “despotismo oriental”, vem revelando, portanto, nas últimas décadas, a existência de uma história antiga da Índia marcada por processos intensos de aculturação e diálogos étnicos diversos e singulares. Podemos dizer que a principal característica dos estudos contemporâneos sobre a Índia antiga é precisamente o dimensionamento da criatividade e inovação das relações inter-étnicas, que deram

ao sub-contidente, em que pese eventuais agressões islâmicas, uma história marcada por expressivos e recorrentes movimentos de tolerância religiosa e política, cuja primeira manifestação histórica deu-se sob Aśoka.

Trata-se assim de uma história cheia de significados e que muito tem a acrescentar a indianos e a ocidentais nas suas reflexões sobre o desenvolvimento das sociedades.

7- Bibliografia

- ALLCHIN, F.R. 1995a: "The End of Harappan Urbanism and its Legacy" in ALLCHIN, F.R.: *The Archaeology of Early Historic South Asia*. Cambridge.
- ALLCHIN, F.R. 1995b: "Language, Culture and the Concept of Ethnicity" in ALLCHIN, F.R.: *The Archaeology of Early Historic South Asia*. Cambridge.
- ALLCHIN, F.R. 1995c: "The Mauryan State and Empire" in ALLCHIN, F.R.: *The Archaeology of Early Historic South Asia*. Cambridge.
- BANERJEE N.R. 1965: *The Iron Age in India*. Delhi, Munshiram Manoharlal.
- BECHERT, H 1991: *The Dating of the Historical Buddha*. Göttingen, Vanderkoeck and Ruprecht.
- BERREMAN, G.S. 1983: "The Evolutionary Status of Caste in Peasant India" in MENCHER, J. (Ed.): *Social Anthropology of Peasantry*. Bombay, Somaiya Publications.
- BLOCH, Jules (ed.) 1950: *Les inscriptions d'Asoka*. Paris, Les Belles Lettres.
- BOUGARD-LEVIN, G. 1985: *Mauryan India*. Delhi, Sterling.
- BURROW, T. 1980 1988: "The Aryan Invasion of India" in COTTERELL, A. (Ed.): *The Penguin Encyclopedia of Ancient Civilizations*. London, Penguin.
- CHAKRABARTI, D.K. 1976: "The beginning of Iron in India" in *Antiquity*, 50.
- CHAKRABARTI, D.K. 1985: "The issues of the Indian Iron Age" in DEO, S.B. et PADDAYYA, K. (Ed.): *Recent Advances in India Archaeology*. Pune, Deccan College.

- CLEZIOU S. 1986: "Dilmun and Makkam during the Third and Early Second Millenia" in KHALIFA, H. Al et RICE, M.: *Bahrain Through the Ages*. London, KPI.
- CLEZIOU S. Et TOSI, M 1989: "The Southeastern Frontier of the Ancient Near East" in FRIFELT, K. Et SORENSSEN, P. (ed.): *South Asia Archaeology 1985*. London, Curzon.
- CONINGHAM, R.A.E. 1995: "Dark Age or Continuum? An Archaeological Analysis of the Second Emergence of Urbanism in South Asia" in ALLCHIN, F.R.: *The Archaeology of Early Historic South Asia*. Cambridge.
- DALES, G.F. 1965: "Civilization and Floods in the Indus Valley" in *Expedition* 7(2).
- DUMEZIL, G. 1958: *L'Ideologie Tripartite des Indo-Européens*. Brussels.
- ERDOSY, George 1995a: "City States of North India and Pakistan at the Time of the Buddha" in ALLCHIN, F.R.: *The Archaeology of Early Historic South Asia*. Cambridge.
- ERDOSY, George 1995b: "The Prelude to Urbanization: Ethnicity and the Rise of Late Vedic Chiefdoms" in ALLCHIN, F.R.: *The Archaeology of Early Historic South Asia*. Cambridge.
- FAISERVIS, W.A. 1978: "The Origin, Character and Decline of an Early Civilization" in POSSEHL (ed.): *Ancient Cities of the Hindus*. Delhi, Vikas.
- FAISERVIS, W.A. 1992: *The Harappan Civilization and its Writing: A Model for the Decipherment of the Indus Script*. New Delhi, Oxford.
- HOGBEN, L. 1973.: "The concept of race" in MONTAGU, Ashley (ed. by): *The origin and evolution of man*. New York, Crowell.
- KANGLE, R.P. 1965: *The Kautilya Arthashastra*. Bombay, University of Bombay.
- KOSAMBI, D.D. 1956 1965: *The culture and Civilization of Ancient India in Historical Outline*. London Routledge.
- LAL, B.B. 1955: "Excavations at Hastinapur and other Explorations in the Upper Ganga and Sutlej Basins in 1950-52" in *Ancient India* 10-11.
- MALLORY, J.P. 1989: *In Search of the Indo-Europeans: Language, Archaeology and Myth*. London, Thames and Hudson.

- MARSHALL, J. ed, 1931.: *Mohenjo-Dāro and the Indus Civilization, Being an Official Account of Archaeological Excavations at Mohenjo-Dāro Carried Out by the Government of India Between the Years 1922 and 1927*. 3 vols. London.
- MONIER WILLIAMS, M. 1899 1997: *A Sanskrit-English Dictionary*. Delhi, Motilal Banarsidass.
- MONTAGU, A. 1979: "The concept of race" in HUNTER, David and WHITTEN, Phillip (ed. by): *Anthropology, contemporary perspectives*. Boston, Toronto, Little, Brown and Company.
- POSSEHL 1977: "The end of a State and the Continuity of a Tradition" in FOX, R. (Ed.) *Realm and Region in Traditional India*. Duke University.
- POSSEHL G.L. 1980: *Indus Civilization in Sarashtra*. Delhi, B.R.
- POSSEHL G.L. and RAVAL M.H. 1989: *Harappan Civilization and Rodji*. New Delhi, Oxford.
- RAIKES, R.L. 1965: "The Mohenjo-Daro Floods" in *Antiquity*, 39.
- RATNAGAR, Shereen 1995: "Archaeological Perspectives on Early Indian Societies" in THAPAR, Romila (ed.): *Recent Perspectives of Early Indian History*. Bombay, Popular Prakashan.
- RAY, Niharranjan 1976: "Technology and Social Change in Early Indian History" in *Puratattva*, 8.
- SCHUMANN, H.W. 1982 1989: *The Historical Buddha*. London, Arkana.
- SENEVIRATNE S. 1981: "Kalinga and Andhra: The Process of secondary State Formation in Early India" in CLAESSEN, H.J.M. and SKALNIK, P. (Ed.): *The Study of the State*. The Hague, Mouton.
- SHAFFER, J.G. 1984: "The Indo-Aryan Invasions: Cultural Myth and Archaeological Reality in LUKACS, J.R. (ed.): *The People of South Asia*. New York, Plenum Press.
- SMITH, R.M. 1957: "On the Ancient Chronology of India" in *Journal of the American Oriental Society* 77 (4).
- THAPAR, Romila 1978: *Ancient Indian Social History: Some Interpretations*. Delhi, Orient Longman.
- THAPAR, Romila 1984: *From Lineage to State*. Delhi, Oxford University Press.

- THAPAR, Romila 1992a: "Ideology and the Interpretation of Early Indian History" in THAPAR, Romila: *Interpreting Early India*. Delhi Oxford University Press.
- THAPAR, Romila 1992b: "Durkeim and Weber on Theories of Society and Race Relating to Pre-Colonial India" in THAPAR, Romila: *Interpreting Early India*. Delhi Oxford University Press.
- THAPAR, Romila 1995: "The First Millenium B.C. in Northern India" in THAPAR, Romila (ed.): *Recent Perspectives of Early Indian History*. Bombay, Popular Prakashan.
- THE *Bṛhadāraṇyaka Upaniṣad with commentary of Śankarācārya*. (Translated by Swāmi Mādhavāmanda) 1988. Calcutta, Advaita Ashrama.
- WATSON, F. 1993: *India*. London, Thames and Hudson.
- WEISBERGER, G. 1984: "Makan and Meluhha: Third Millenium Copper Production in Oman" in ALLCHIN, B. (Ed): *South Asia Archaeology, 1981*. Cambridge.
- WHEELER, R.E.M 1959: *Early India and Pakistan*. London, Thames and Hudson.